

que atenta contra a liberdade de exercício profissional garantida pela Constituição Federal, bem como viola o disposto no artigo 5º, da Lei 6.684/97. Desse modo, a par dos biomédicos gozarem da prerrogativa de atuação em radiologia e radiodiagnóstico, também há que se reconhecer que a contratação desses profissionais nada tem de ilegal ou irregular a ponto de ensejar a imposição das sanções que têm sido aplicadas pelo CRTR da 5ª Região às clínicas associadas à ABCDI.

Nesse sentido, as associadas da ABCDI estão, por ora, resguardadas das autuações pelo CRTR-5ª Região (São Paulo), até a decisão final ser proferida na ação judicial, de

modo que qualquer violação à determinação judicial deve ser imediatamente comunicada ao CBR/ABCDI para que a Assessoria Jurídica possa levar ao conhecimento do Poder Judiciário eventual descumprimento à ordem judicial, bem como para que sejam adotadas as providências que se fizerem necessárias à manutenção da mencionada medida liminar, permitindo-se, assim, que as clínicas associadas à ABCDI possam manter ou contratar biomédicos para atuarem na área de radiologia e radiodiagnóstico.

Dr. Ednilson Feitosa é advogado da área de direito administrativo do escritório que presta assessoria jurídica ao CBR

NOTA DA REDAÇÃO

No Boletim do CBR de dezembro de 2007, no artigo Incontinência Urinária, página 28, a expressão uretra em peão está incorreta porque é utilizado na língua inglesa o termo “spinning top urethra”. Por isso, sua tradução mais apropriada seria uretra em pião.